



# Anais da Assembléia

Nº. 17

CURITIBA QUINTA FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 1982.

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Agibert Filho e Nilso Sguarezi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Wener Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM 34/82. Curitiba, 17 de março de 1982. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 05 de fevereiro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de ABATIÁ, objetivando adoção de ação conjunta visando a execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — PRÓSAFRAS, no exercício de 1981. Para o mesmo objetivo, foram, também, celebrados Termos com os Municípios constantes da anexa relação, nas datas e valores especificados, dos quais deixaram de ser anexados os respectivos teores, face a desnecessidade por obedecerem texto padrão, mas que, entretanto, solicito igualmente o competente referendo dessa augusta Casa de Leis.

O interesse público na aprovação da medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

MENSAGEM 35/82. Curitiba, 23 de março de 1982. Senhor Presidente.

O Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — BRDE, representam importante instrumento de ação do Governo Estadual no campo da expansão das atividades produtivas na medida em que ambas as instituições canalizam recursos financeiros de diversas origens para a implementação de projetos de pequeno, médio e grande portes, no setor secundário paranaense.

A amplificação da capacidade de captação de recursos por parte destas instituições de desenvolvimento requer, a seu turno, elevação dos respectivos capitais sociais, ou seja, ampliação da participação acionária do Estado.

A médio prazo o Estado pretende estimular a criação de indústrias cuja produção final seja destinada à exportação. Dois objetivos pretendem ser alcançados com esta política de financiamento industrial: a ampliação da oferta de empregos e a geração adicional de divisas para o País.

Além deste esforço, as duas entidades de desenvolvimento estão concentrando suas atenções no sentido de dar mais apoio e oferecer maior gama de estímulos às pequenas e médias empresas paranaenses.

O Departamento de Estradas de Rodagem — DER, a sua vez, pretende dar continuidade ao programa de estradas vicinais, de modo a favorecer o escoamento das safras paranaenses. Este programa, na verdade, representa uma extensão a todo o Estado de obras similares que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

Ao programa original do DER novas áreas serão incorporadas de forma a difundir o benefício de acesso fácil e rápido às grandes rodovias a um maior número de regiões paranaenses.

A previsão inicial, constante na proposta orçamentária daquele Departamento para 1982, é a de construção de 1.103 km de rodovias vicinais em todo o Estado.

Assim sendo, tenho a honra de submeter à elevada deliberação dessa Casa, anexo anteprojeto de lei que autoriza o Governo do Estado a contrair empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, no valor de 1.010.000 (hum milhão e dez mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN's equivalentes em fevereiro de 1982 a Cr\$ 1.541.926.600,00 (hum bilhão, quinhentos e quarenta e hum milhões, novecentos e vinte e seis mil e seiscentos cruzeiros), para aplicação no BADEP e no BRDE, e a contratar empréstimos ou conceder garantia a operações de crédito do DER até o valor de 1.700.000 (hum milhão e setecentas mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN's, equivalentes em fevereiro de 1982 a Cr\$ 2.595.322.000,00 (dois bilhões, quinhentos e noventa e cinco milhões e trezentos e vinte e dois mil cruzeiros), podendo vincular recursos das quotas-partes estaduais do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo Rodoviário Nacional como garantia das citadas operações.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta

consideração.

a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

# ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, através da Administração Direta ou Indireta, autorizado a contrair empréstimos, prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outro tipo de garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, em operações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, destinados a dar suporte aos seguintes programas:

I — Empréstimos até o valor correspondente a 350.000 (trezentas e cinquenta mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN's, equivalentes em fevereiro de 1982 a Cr\$ 534.331.000,00 (quinhentos e trinta e quatro milhões, trezentos e trinta e um mil cruzeiros), para aumento do capital social do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE;

II — Empréstimos até o valor correspondente a 660.000 (seiscentas e sessenta mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN's, equivalentes em fevereiro de 1982 a Cr\$ 1.007.595.600,00 (um bilhão, sete milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e seiscentos cruzeiros), para aumento do capital social do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, e/ou aplicação no Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE;

III — Interveniência do Estado mediante a concessão de aval ou fiança ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER em empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE até o valor correspondente a 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN's, equivalentes em fevereiro de 1982 a Cr\$ 2.595.322.000,00 (dois bilhões, quinhentos e noventa e cinco milhões e trezentos e vinte e dois mil cruzeiros), para complementação dos Programas I e III de Rodovias Vicinais.

Art. 2.º — Para os fins autorizados no artigo 1.º desta Lei, o Poder Executivo poderá vincular, em caráter irrevogável e irrevogável, as parcelas das cotas-partes que couberem ao Estado do Paraná, das transferências da União previstas nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal.

Art. 3.º — A execução do disposto nesta lei, poderá efetivar-se em um ou mais exercícios financeiros, em mais de uma operação, e em qualquer data.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o registro na ata dos trabalhos de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Eugênio Dal'Molin, ocorrido na cidade de Ibiaporã. Médico dos mais dedicados, humanitário e amigo, o Dr. Eugênio Dal'Molin desaparece prematuramente deixando uma comunidade inteira a sentir e lamentar sua morte. Deixa na cidade de Ibiaporã uma família exemplar e uma esposa muito querida, a professora Zoraide Dal'Molin; a quem endereçamos as nossas mais sentidas condolências.

Requer ainda, uma vez aprovado por esta Casa, o envio deste aos ilustres familiares.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1982.

a) ROSÁRIO PITELLI

### REQUERIMENTO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Eugênio Dal'Molin, ocorrido na cidade de Ibiaporã.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1982.

a) DÁCIO LEONEL

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata, de votos de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em Maringá, do Senhor JOSÉ MAGALHÃES BARROS, dando-se ciência à família enlutada. O Senhor José Magalhães Barros, residiu por longos anos em Maringá, sendo o patriarca da família Barros, que, dentre seus membros, destacou-se Sílvia Barros, político de alto prestígio e atuação no Estado do Paraná. O ora homenageado postumamente, deixa em Maringá uma lacuna irreparável por sua tranqüilidade, irrepreensível caráter, chefe de família exemplar, legando a Maringá e ao Estado do Paraná, filhos e netos, que, por sua orientação, prestarão serviços extraordinários à sociedade. Se todos os pais, seguissem o exemplo do pranteado José Magalhães Barros, por certo, teríamos uma Pátria mais feliz e um povo mais participante.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1982.

a) ANTÔNIO FACCI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor TADACHI UCHIMURA, ocorrido em Maringá, dando-se ciência do presente à família.

O Senhor Tadachi Uchimura, é pioneiro no comércio da região de Maringá, tendo iniciado suas atividades comerciais no Município de Marialva, transferindo-se posteriormente para Maringá, onde, com sua família, tornou-se um dos mais importantes comerciantes da Cidade Canção. Seu desaparecimento deixa uma lacuna muito grande para sua família e para a comunidade maringaense.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1982.

a) ANTÔNIO FACCI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção na Ata da presente sessão de hoje de um voto de regozijo e aplauso à Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, pela realização nos dias 13 a 21 do corrente mês, em Paranavaí, da XII Exposição Agropecuária e Industrial.

A alta direção da entidade, na pessoa de seu Presidente JOSÉ MARCOS PENTEADO DE TOLEDO, demonstrou singular capacidade de empreender cometimentos de grande envergadura, como a mencionada Exposição. Nela os produtores e criadores puderam exibir o elevado teor qualitativo dos seus plantéis, comprovando assim o dinamismo da classe empresarial moderna que atua hoje em nosso Estado.

A expressiva contribuição que o evento representa para a economia paranaense, se traduz no interesse que a Exposição despertou, para lá atraindo a presença honrosa do Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, e mais seis ilustres

Secretários de Estado, além de pessoas representativas do mundo dos negócios do ramo, oriundas de todo o Brasil.

Estes destaques dão bem a prova da importância que a XII Exposição Agropecuária e Industrial de Paranavaí assume no contexto do desenvolvimento econômico estadual, razão deste registro requerido.

E porque o mérito cabe à Diretoria da entidade promotora, requer o signatário que do teor do presente seja dada ciência à Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, sediada em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1982.

a) WILSON FORTES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Cleber de Castro, Diretor de Crédito Agrícola do Banco Central do Brasil, telex com o seguinte teor:

"PECUARISTAS PARANÁ, ATRAVÉS ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DESTE ESTADO, APELAM À VOSSA EXCELENCIA, SEJA ALOCADOS RECURSOS ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO FEIRA DE BEZERROS ESTADO DO PARANÁ CORRENTE ANO. AUSÊNCIA ESSA PROVIDÊNCIA PROGRAMA SERÁ INTERROMPIDO, GERANDO GRAVES CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICA ESTADO DO PARANÁ E PREJUÍZOS DE VULTO CRIADORES PARANAENSES QUE NÃO TERÃO CONDIÇÕES MANTER MATRIZES E BEZERROS POR FALTA DE PASTAGENS DURANTE O INVERNO".

Sala das Sessões, em 25 de março de 1982.

a) TRAJANO BASTOS

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 28/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Aos atuais professores da rede estadual de ensino, será reconhecido nos termos do item I, do Artigo 129, da Lei 6174, de 20/11/70, o tempo de trabalho oriundo de Aulas Suplementares.

Parágrafo único — O tempo de serviço, referido neste Artigo, será o que se comprovar, das designações ocorridas anteriormente à ascensão ao cargo efetivo.

Art. 2.º — Para a apuração do efetivo exercício a ser considerado, levar-se-á em conta um limite mínimo de 10 (dez) aulas semanais, devidamente ministradas e que corresponderá em acervo de 12 (doze) meses, no ano letivo.

§ 1.º — Observar-se-á tão somente o número de aulas semanais, independente de haver sido autorizado por uma ou mais portarias.

§ 2.º — Efetuado o levantamento, será reconhecido como acervo a outro padrão, o excedente a 10 (dez) aulas, possível de computação.

Art. 3.º — Nos casos em que ocorrer autorização inferior ao valor fixado no "caput" do artigo 2º, aplicar-se-á a conversão por critério operacional.

Art. 4.º — A presente lei não dará margem a revisão de matéria análoga, e entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1982.

a) FRANCISCO ESCORSIN

#### JUSTIFICATIVA:

Este processo de reconhecimento de tempo vem representar a solução mais equânime a nortear a Administração, que não dispõe de uma legislação própria ao caso.

Presentemente, há uma gama muito representativa de

Professores, que, por força do mérito, lograram obter 2 (dois) padrões, em caráter efetivo.

Já labutavam na área da Educação, pois eram Professores Suplementaristas aos quais eram baixadas autorizações para ministrar Aulas Suplementares, anualmente.

A Administração, ao proceder a lavratura das portarias designativas, **geralmente fixa um número de aulas semanais superior a 10 (dez)**, discriminando, em muitos editais, mais de uma disciplina a ser ministrada.

O procedimento para se aquilatar do real efetivo exercício, a ser reconhecido, está posicionado na analogia ao Professor efetivo e na razão de 10 (dez) aulas semanais.

O número de aulas excedentes a 10 (dez) está sendo desprezado, quando este valor fora atribuído através de um só Ato; ou em mais de um, embora com pequenas designações, não lhe assegurando o computo do excesso, no caso de deter dois padrões.

Atitude esta incorreta, pois está efetivamente desprezando um real labor ofertado à causa pública.

##### PROJETO DE LEI N.º 29/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a "Associação Conservacionista de Ponta Grossa", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1982.

a) CYRO MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Conservacionista de Ponta Grossa, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, tem como objetivo a defesa do solo e águas do município, bem como atuar na proteção do meio ambiente.

A conscientização do uso de solos e a sua preservação constitui uma preocupação geral em todo o Brasil e principalmente nas áreas culturais que sofrem os impactos da utilização crescente de produtos químicos e que por vezes, vêm de encontro aos princípios sadios de manter o meio ambiente.

O trabalho que a Associação Conservacionista de Ponta Grossa, pioneira no Estado, desenvolve desde a sua fundação em 1973, através da diretoria e associados se faz sentir não só em Ponta Grossa, como nos demais municípios da Região dos Campos Gerais.

Com a anexação dos Estatutos Sociais, Ata da Assembléia de Fundação, Certidão de eleição da atual Diretoria, Certificado de Registro de isenção, Atestado do Poder Judiciário e Certidão da Câmara Municipal de Ponta Grossa de utilidade pública, considero completo o pedido que faço.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não faz muito, nós apresentamos à Casa, uma proposição visando instituir a contagem recíproca do tempo de serviço, como já está sendo adotado no âmbito federal. E muitas têm sido as reivindicações não só nesta Casa, como também de pessoas que estão interessadas a que o Estado do Paraná, a exemplo de outros Estados, também institua reciprocidade, para a contagem do tempo de serviço da empresa pública, no tempo de serviço para a atividade pública, direta ou indireta.

Mas a nossa proposição que tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça foi encaminhada ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, para que ele opinasse sobre o assunto numa

forma conciliatória das aspirações daqueles que estão interessados no problema. Entretanto, Sr. Presidente, até este momento não tivemos uma notícia a respeito da nossa proposição que está nas mãos do Sr. Secretário de Recursos Humanos. E já nesta Casa, posteriormente se fez reivindicações, não só da nossa Bancada PMDB, PTB, PP, mas também da Bancada Situacionista. E por isso nós voltamos à tribuna para daqui formular o nosso apelo, através da Presidência da Casa, ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, no sentido de que devolva o projeto à Comissão de Constituição e Justiça e, conforme já foi anunciado, até esse projeto deveria se fazer acompanhar de uma mensagem do Sr. Governador do Estado, para que nós pudéssemos no Estado do Paraná atender a milhares de situações que estão pendentes, porque nós sabemos que noutros Estados já existe a lei da contagem recíproca do tempo de serviço. E muitos que estão pleiteando a sua aposentadoria junto ao INPS, estão impedidos de computar o tempo de serviço que prestaram ao Estado.

Também, Sr. Presidente, na oportunidade, nós queríamos nos referir ao nosso projeto com relação a instituição do 13.º salário ao funcionalismo público estadual, que está em tramitação nesta Casa. É uma reivindicação justa do funcionalismo público do Estado. E num tratamento igualitário que se deve dar em relação à empresa privada, que também está obrigada por lei federal, a pagar o 13.º aos seus trabalhadores, então, por que não, o Estado, seja na administração direta ou indireta, também cumprir a uma obrigação social que é imposta às demais empresas do setor privado. Também queremos formular aqui o nosso apelo aos ilustres Deputados desta Casa, para que este projeto tenha tramitação urgente e que esperamos tenha também a sanção do Poder Executivo, na oportunidade devida.

Era esta a nossa intenção, nesta oportunidade, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos, para o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A desesperança dos que estão no Governo, mais uma vez se evidencia, trazendo a palavra que deram, às vistas de toda a Nação, o Governo e o seu Partido, impõem mais um pacote eleitoral. Cujo recheio não poderia ser outro, senão um amontoado antiético de medidas, que pode garantir mais meia dúzia de votos. Mas que sem dúvida, o expõe mais uma vez, ao julgamento da consciência nacional.

Sentindo a insuficiência do casuísmo já adotado, o Governo e seu Partido, buscam novos meios de trapacear as eleições do dia 15 de novembro.

E vê o Congresso Nacional, o projeto que extingue o voto de legenda e amplia o prazo para a saída unilateral de políticos descontentes do PMDB e do ex-PP para outros partidos.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de mais uma providência tentando criar obstáculos à Oposição fortalecida no caminho do poder.

É também a prova mais incontestável de que o Governo prevê a derrota e não consegue evitar, mesmo investindo rios de dinheiros em nome de legendas.

São instrumentos que somados aos anteriores frustram o processo eleitoral limpo e democrático que assim é substituído pelo encaminhamento viciado para subverter os resultados da consulta popular. Desta vez, ao menos não teve o Governo e o seu Partido, o desplante de tentar justificar suas iniciativas em nome da democracia e em nome da justiça.

Foi claro, o novo “pacote” resulta das exigências do

Partido do Governo, o PDS, reconhece o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, em sua justificativa. E sem a face ruborizada, sem demonstrar qualquer medo, lança à Nação o seu insulto na forma de um instrumento legal que privilegia aos governantes atuais e constrange a opinião pública deste País.

O arbítrio e a intolerância se destacam nas últimas medidas adotadas pelo Governo depois do “pacote de novembro”.

O Presidente Figueiredo voltou a reafirmar a sua disposição de estender as mãos para a abertura. Forma que se vê demagógica de encobrir o verdadeiro caráter de seu Governo. Agora com o “pacotinho de março”, mostra-se inclinado a abandonar a imagem de democrata que se não era popular, procurava conquistar alguma simpatia da opinião pública.

Mostra-se o verdadeiro projeto que é o mais antigo deste regime, manter o poder a qualquer custo e utilizando-se de qualquer expediente que lhe sirva no momento.

Ao deixar tão exposta a sua intenção, o regime é obrigado a admitir que tem consciência de sua fragilidade e de que certamente será derrotado nas eleições de novembro, como foi parcialmente em 1978 e fragorosamente em 1974. O lançar mão de mais um casuísmo eleitoral reconhece a derrota, não lhe bastou a vinculação de voto, o percentual, as inegibilidades, as agressões contra a incorporação, a Lei Falcão, não parou aí a pressão autoritária do atual Governo. Lança mão da propaganda oficial para fazer amplo proselitismo, tentando mistificar pela propaganda política a opinião das massas que devem escolher como prova de sua insatisfação, a oposição para governar nos principais Estados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Permite-me um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Em seguida, Deputado Gabriel Manoel.

Os acontecimentos recentes parecem indicar que existe um problema mais amplo e mais fundo, sobre os rumos que a participação popular está tomando em nosso País.

É para este ângulo da questão que se voltam as atenções de todos os que têm o espírito aberto e democrático e que não aceitam as limitações de participação política e não desejam alienar o sentido social e democrático dos valores que devem motivar a consciência nacional neste momento de extrema gravidade.

A encruzilhada do regime pesa sobre a consciência política da América Latina, como um problema crucial.

A definição de formas reais de democracia interna e de participação popular, assim como a ampliação de margem de tolerância ideológica e do direito à disputa de poder e à contestação responsável, tornam-se, cada vez mais, requisitos indispensáveis à avaliação do sentido histórico efetivo da situação que vivemos.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tadeu, vejo Vossa Excelência fazendo a peça de um tribuno, que está muito bem dirigido, muito bem segmentado, e muito bem orientado.

Só que Vossa Excelência está, talvez, faltando com um pouco de realidade Deputado. Nós fazemos parte de uma bancada que está na trincheira da democracia, também, como Vossa Excelência sabe.

Abrindo um parêntese no passado — porque sei que Vossa Excelência tem uma memória muito fértil, jovem, homem afeito, e porque não dizer afeito às causas públicas — não faz seis meses que, desta tribuna, Vossa Excelência vinha jogar três ou quatro pedras em Jayme Canet Júnior. Hoje, está de braços dados com o grande Líder paranaense, Jayme Canet Júnior. Apesar de tudo, nós, do PDS, vamos ganhar as eleições.

Apesar dos pesares, Deputado Tadeu Lúcio Machado, com o respeito que tenho por Vossa Excelência e agradecendo este aparte, agradecendo por Vossa Excelência, com a delicadeza que tem, moço que está trabalhando pelo Paraná e por sua gen-

te, quero dizer apenas que nós, do PDS, não nos entregamos; nós, do PDS, fazemos parte, também, de uma trincheira democrática; nós, do PDS, ontem defendíamos Jayme Canet Júnior, que estava sendo execrado por Vossa Excelência, e, hoje, vão a um palanque para nos hostilizar.

Nós estamos, exclusivamente, trabalhando em benefício do povo, e não vamos admitir que Vossa Excelência venha hostilizar a nossa bancada. Faça-se política, Deputado Tadeu Lúcio Machado, trazendo soluções para os problemas nossos; trazendo, sem demagogia e sem falso messianismo, soluções, meu irmão. Porque ontem, Canet era o pior homem do mundo; hoje, Vossas Excelências os estão endeusando.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu solicitaria brevidade no seu aparte.

O Sr. Gabriel Manoel — Se Vossa Excelência me cassar o aparte eu o devolvo a Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Não vou cassar o aparte. Apenas solicito que Vossa Excelência conclua.

O Sr. Gabriel Manoel — Vou concluir apenas para falar que Vossas Excelências não têm coerência. Fomos hostilizados desta tribuna, quantas vezes, por Vossas Excelências, quando diziam que Canet só fazia estradas de “casca de ovo”, que Canet era um déspota, que Canet era um homem que não servia para governar o Paraná. Agora, são dois pesos e duas medidas. Agradeço o aparte. Só que nós não podemos vir com a máscara da hipocrisia e dizer aqui que nós estamos do outro lado. Estamos mesmo. Estado do lado do povo, não estamos do lado dos oportunistas. Porque ontem Jayme Canet não prestava para vocês.

Muito obrigado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Em seguida, nobre Deputado.

Só quero agradecer o aparte do nobre Deputado quando nós vimos à tribuna, com apartes, tão bem postos, e sempre procurando evidenciar na história, as nossas passagens anteriores pela tribuna. Nobre Deputado, Vossa Excelência realmente faltou com a verdade, quando disse que nós hostilizamos o ex-Governador Jayme Canet Júnior. Primeiro, porque não éramos Deputado quando do Governo Jayme Canet Júnior.

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado Gabriel Manoel, que está com a palavra o Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Quando o nobre Deputado Gabriel Manoel disse que nós estamos sendo dirigidos, realmente estamos sendo dirigidos, dirigidos por este povo que está passando fome; dirigidos por este povo que está sendo pisado, que está sendo maltratado pelo Governo que está instalado neste País. E nós temos a honra de continuar sendo dirigidos por estes homens que não têm mais oportunidade a uma vida honesta e a uma vida decente.

Concedo aparte ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço a Vossa Excelência.

E só quero aduzir — se Vossa Excelência me permite — uma ponderação a esse brilhante discurso que Vossa Excelência faz, contra a democracia da ditadura. Realmente, democracia como esta em que talvez o Império Romano obtivesse suas justificativas, poderia se falar naquela representação em que as classes que eram divididas, no antigo Império Romano, em três partes. Só que uma pertencia ao povo, outra à aristocracia e a outra ao comando militar e agregava-se ao poder. Na hora das decisões, elas eram feitas por agrupamento. O povo que era a grande maioria fazia parte apenas de um terço.

E, evidentemente, que o resultado seria sempre aquele,

o desejado.

É isso o que está acontecendo no Congresso Nacional. Congresso amesquinhado, Congresso abastardado, que não está tendo o alcance histórico de que isso representa o homem atual. Os congressistas atuais parecem que não estão tendo a visão histórica que o Brasil exige de cada um deles. E o Governo vem, faz as imposturas que quiser fazer, com o decurso de prazo, está impondo, ou permitindo a sublegenda, o voto vinculado, a sublegenda para prefeitos, para senadores, não conseguiu impor para governador e a não coligação. E mais ainda, agora, manda para o Congresso, dizendo que quer aperfeiçoar a democracia, um projeto de lei, visando a extensão do prazo para aqueles que não querem permanecer no PMDB. É uma lei única e exclusiva para aqueles que desejam sair do PMDB. Mas, impede que outros partidos pequenos tenham a possibilidade de permitir que os seus correligionários ingressem em outro partido.

Isso vale dizer, só vale sair do PMDB para entrar no PDS!

Essa é a democracia que esses homens desejam fazer no País.

Por isso, quero cumprimentá-lo, porque a História deste País será, naturalmente escrita pelos vencidos. Porque, os vencedores a tem escrito do jeito que lhes interessa.

Era isso que queria registrar.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e o incorporo ao meu pronunciamento.

Se mantida esta perspectiva de frustrar o processo eleitoral de novembro com a adoção de fórmulas absurdas que descharacterizam o pleito e o transformam num processo que limita, definitivamente, a possibilidade e o direito de livre escolha dos governantes, começaremos a marchar pela senda do caos social. Porque o pano de fundo em que se dá este impasse institucional que coloca de um lado o povo brasileiro e sua aspiração de mudanças e de outro os que empalmaram o poder decididos a mantê-lo a qualquer custo, é um pano de fundo marcado pela insatisfação social, pelo repúdio à política econômico-financeira do regime, pela desesperança de todos os brasileiros diante do desemprego, do alto custo de vida, dos baixos salários que contrastam com os privilégios de grupos econômicos tão bem servidos pelos governantes.

As medidas casuísticas do Governo acrescentam a esta situação um novo fator: o descrédito definitivo do Governo e suas intenções. A não confiança no processo democrático que só pode existir com eleições livres e limpas. Estas medidas que o Ministro Abi-Ackel justifica como iniciativas do Governo e do seu Partido, consultando seus próprios interesses e que assim mesmo pretende impor ao conjunto da Nação, nos conduzem à radicalização de um processo político cuja responsabilidade deve ser creditada unicamente àqueles que se decidiram pelo caminho da intolerância, pelo caminho da sua perpetuidade no poder contra a vontade popular. Estes, que hoje se presumem grandes beneficiários do regime e lhe emprestam apoio político irrestrito, serão julgados pela História.

Nas últimas eleições, o voto de legenda partidária foi o indicador positivo das duas características do nosso povo: a primeira, a do seu amadurecimento, escolhendo eles, boa parcela dos eleitores, o programa partidário, antes de votarem em nomes, em pessoas, num sinal de elevação da consciência política; a outra, face às vitórias do MDB, indicador seguro de que, o nosso povo aspira as mudanças — e mudanças necessárias. Diante dessas evidências, o Governo cassa ao eleitor mais consciente, o direito de escolher o seu próprio Partido, o programa, os princípios, e, os obriga a escolher nomes! Todos sabemos que, a legenda oficial não tem a simpatia da população porque significa, para o nosso povo, tudo aquilo que resultou do desastrado modelo econômico implantado a partir da Revolução de 1964, contra os interesses nacionais, populares e,

acima de tudo, democráticos! A outra fórmula encaminhada ao Congresso, é mais absurda ainda do que a primeira, abre prazo para que os políticos saiam do PMDB e ingressem em outros Partidos onde os descontentes e os mais lúcidos que prevêm a derrota, devem ficar.

Nunca se viu, em parte alguma e em nenhum regime do mundo, regra tão descabida e tão eleitoral e constitucional, de democracia! Para o Governo existe apenas um princípio: evitar a derrota, evitar a inevitável derrota, manter-se, a todo custo, no poder, em base, esta presunção, na idéia de que, há, no País, apenas, um pequeno grupo capaz de governá-lo, embora as evidências gritantes afirmem exatamente o contrário, o grupo que governa nos conduziu a uma dívida de mais de 60 bilhões de dólares, entregou as nossas riquezas, empobreceu os nossos trabalhadores e colocou o nosso País, a nossa economia, sob o governo de capitais multinacionais.

Mas vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, a aspiração democrática é mais forte que qualquer regra casuística inventada pelo pequeno grupo que governa ou, mais propriamente, que desgoverna este País! Não foi suficiente qualquer de suas medidas para interromper as perspectivas de vitória do MDB então, em 1974 e, depois, em 1978, e, embora as últimas medidas, mantém-se a tendência para a eleição deste ano, e, isto, amplia a nossa preocupação porque, um Governo que não admite a sua substituição - já o provou na prática - é capaz de qualquer iniciativa para fraudar a vontade e para frustrar o desejo do nosso povo.

O PMDB caminha para a vitória porque, antes de tudo porque, o ideal democrático, a sede da justiça, a elevação da consciência nacional exigem mudanças e mudanças rápidas!

E não houve regime, no mundo, que conseguiu perdurar indefinidamente, quando se pôs contra essas reivindicações. O nosso papel histórico haverá de ser cumprido!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em nome da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos, neste momento, com o jornal "FOLHA DE LONDRINA" do dia de hoje, onde, dois proeminentes advogados que militam na Cidade de Londrina estão se degladiando, em Juízo.

A vítima desta estória é o trabalhador do Paraná, é o povo de Londrina; o responsável por ela, o Sr. Júlio Roeiring, Diretor do Departamento Jurídico da COHAB em Londrina, que, em uma transação imobiliária em que Nely Casalli, também advogado em Londrina, vendeu 15 alqueires para a COHAB.

O Dr. Nely Casalli foi usurpado e lesado pelo Sr. Júlio Roeiring, Diretor da COHAB, em 2 milhões de cruzeiros a título de taxa e emolumentos que a COHAB de Londrina - dizia Júlio Roeiring - cobrava, nas transações imobiliárias; o vendedor, após a transação, dois ou três meses depois foi à COHAB para pegar o recibo daquela taxa, e, lá, tomou conhecimento de que o dinheiro não tinha sido para a COHAB, e, sim para um dos seus diretores. E ele pleiteia em Juízo, agora, que, o Dr. Júlio Roeiring, Diretor da COHAB, devolva esses 2 milhões, a ele. E diz mais: o Dr. Nely Casalli lamentava o caso, por inteiro, porque depõe contra a classe dos advogados, depõe contra a administração do Prefeito Belinati, da qual o Dr. Roeiring exerce cargo de destaque; depõe, enfim, contra a nossa Londrina, contra o nosso Paraná!

Eu gostaria de perguntar aos homens do PDS que representam Londrina nesta Casa, para que venham a esta tribuna dizer quais as providências tomadas pelo Sr. Prefeito Municipal de Londrina, com referência a este caso que veio a público,

porque, conforme informações de Londrina, as áreas rurais transformadas em áreas urbanas que serviram à construção de núcleos populares em Londrina, também serviram para enriquecer muitos daqueles que hoje são milionários em Londrina, que nunca ganharam na Loteria Esportiva, que nunca receberam herança e também não ganharam na Loto.

Nós gostaríamos de perguntar aos eminentes políticos de Londrina e ao PDS do Paraná, quais as providências com referência a este caso que está tramitando na 5a. Vara Cível de Londrina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. No próximo dia 31, será comemorado em todo o Brasil, o aniversário da malfadada Revolução de Março de 64!

Em Brasília, o grupo Iesa-Pátria comandado pelo Deputado Sérgio Cardoso de Almeida e Erasmo Dias, já formaram um bloco independente que é conhecido, no Brasil, como o bloco dos reacionários, e o Sr. Sérgio Cardoso de Almeida espera o carnaval passar, para começar as suas palhaçadas, às vésperas do aniversário da Revolução de Março!

O Deputado Tadeu Lúcio Machado, ao usar a tribuna, hoje, falava da sua desconfiança quanto às regras da democracia, ou da pseudo democracia instalada no Brasil, e nós, ao acrescentarmos alguma coisa ao pronunciamento do ilustre Deputado, aos casuísmos que o Governo vem propondo, nós gostaríamos de, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer alguns relatos, relatos estes que dão realmente uma fotografia da democracia que vivemos, enquanto nos sertões do Pará e de Goiás, padres e posseiros são expulsos quando defendem a sua propriedade, a sua terra, enquanto contrabandistas de café funcionam às soltas nas divisas, contrabandistas de ouro, agentes das multinacionais atacam no Norte do Brasil, entregando nossas riquezas a estes que não têm Pátria, cuja pátria é o ouro e o dinheiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, que democracia é esta, que a Polícia do Governo, a Polícia do General Ney Braga, há pouco mais de cinco horas, prende na Praça Rui Barbosa, em Curitiba, o estudante Noel Batista Filho, 5.º anista de Direito e o estudante Antônio Cezar Prazeres de Andrade e Silva, 5.º anista de engenharia civil, entrega às malhas da grotesca Polícia Federal, sob a alegação de que estavam fazendo propaganda do proscrito Partido Comunista Brasileiro, afrontando e subvertendo a ordem legal e constituída nesta Nação.

Que democracia é esta que os estudantes estão na Polícia Federal neste exato momento, incomunicáveis e estão lá sendo fichados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, registramos aqui mais ainda, enquanto milhões e milhões de crianças morrem de fome neste País, o Governo suicida de Reagan manda seus emissários ao Brasil, para se formar na América Latina, um bloco de países que irão defender a democracia cristã ocidental.

Os emissários de Reagan vêm ao Brasil e imediatamente sabe-se e a Nação tem conhecimento de que o Ministro Maximiano já começou a olhar para a Ilha de Trindade para lá instalar uma Base Aérea e uma Base Militar, para evitar o expansionismo do socialismo no mundo. Alerta dos órgãos de segurança da democracia ocidental, de que a Ilha de Trindade servirá para precárias ligações cubanas com Angola e isto irá custar ao povo brasileiro, a quantia insignificante de 200 milhões de dólares.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a democracia está livre para os corruptos, para os nacionalistas e aqueles que defendem a sua Pátria, ela realmente não existe. Esperamos que as eleições marcadas para 15 de novembro se realizem dentro de um clima de tranquilidade e de segurança para todos, para os que estão no poder e para aqueles que vão ao poder, porque, caso contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderemos ver o Brasil envolvido em uma guerra civil. Poderemos ver um Brasil assim como vemos El Salvador, como vemos Guatemala-



la e tantas outras nações que não conseguiram pelas vias normais e constitucionais dar alternância do poder e com isso, foram levados ao choque entre irmãos e levados ao caos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registramos aqui, neste momento, o quadro real da política nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Em nome da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, que tem 10 minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos nos trazem hoje à tribuna. O primeiro deles, para formulação de um apelo veemente ao Governador Ney Braga em defesa da Delegada de Polícia Tereza dos Santos Capistani, que hoje, enfrenta as dificuldades de uma proibição odiosa estabelecida no Decreto 2299, de 15 de agosto de 1973 - que vetou a participação de mulheres num concurso público às carreiras de Delegado de Polícia e de Comissário de Polícia.

Aprovada inclusive, em todas as matérias jurídicas - Tereza Capistani, também foi aprovada nas chamadas "provas de capacidade física" que insistiam em demonstrações físicas de resistência: - corrida, força nas mãos, força nas pernas, flexão, subida em corda, saltos e outras provas mais. Mais tarde, foi o Estado, através de um mandado de segurança como que um padrao para esta mulher, que numa discriminação vedada pela Constituição Federal, no seu artigo 153, § 1.º, tem em seus direitos adquiridos, porque todos são iguais perante a lei sem distinção de sexo.

E hoje, com um mandado de segurança garantido ao Governo do Estado, Tereza Capistani, como que depende exclusivamente do Governador do Estado para continuar ocupando seu cargo de Delegada de Polícia de Carreira, atualmente exercendo suas atividades no Município de União da Vitória.

Interessante destacar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Lei Complementar à Constituição do Paraná de 14 de maio de 1974, posterior, portanto, ao Decreto 2299 e que dispôs que o "provimento de cargo da carreira de Delegado de Polícia, é privativo de Bacharéis em Direito, processando-se o ingresso na classe inicial mediante concurso público de títulos". Esta lei complementar como que derroca, implicitamente, o Decreto 2299.

No entanto, esta delegada vive uma situação extremamente aflitiva, porque pressionada emocional e psicologicamente, não tem a garantia de que continuará no seu cargo.

E é este o apelo que, desta tribuna, com base nos fundamentos legais invocados, inclusive com base no que preceitua o Estatuto da Polícia Civil, é que nós estamos formulando este apelo ao Governador Ney Braga para que numa definição pública e clara, assegure o direito de que já é possuidora, a Delegada Tereza dos Santos Capistani, que concursada, foi empossada e que empossada está no exercício de sua missão profissional.

Além do mais, é importante que se destaque desta tribuna, que no momento em que as mulheres do mundo inteiro, procuram a preservação e a afirmação de seus direitos, não pode ser o Paraná, o Estado a dar o exemplo da discriminação. Não pode ser o Paraná o Estado a encampar uma distinção que na verdade não existe entre homens e mulheres, especialmente porque neste caso específico a competência foi comprovada através de um concurso público.

O Sr. Leônidas Chaves — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Airton Cordeiro, peço desculpas, não pude

me deter ao início de seu pronunciamento. Mas quer me parecer que Vossa Excelência está colocando muito bem o problema desta senhora que é Delegada de Polícia em nosso Estado.

Quero aqui deixar as minhas considerações ao seu pronunciamento e a esta pessoa. Foi, a Drª Tereza, Delegada no Município de Guarapuava. Foi ela realmente um exemplo de profissional. Foi ela uma senhora que, durante a convivência que tivemos no Município de Guarapuava por aproximadamente 90, 120 dias, foi um exemplo no cargo como Delegada de Polícia. Não poderia, jamais, me omitir nesta oportunidade em que vejo Vossa Excelência preocupado com os destinos daquela profissional.

Quero me irmanar ao seu pronunciamento e quero que suas palavras sejam somadas às minhas e deixar aqui, realmente, a minha simpatia pela sua voz, pela voz que hoje se levanta na Assembléia Legislativa, como Parlamentar, em defesa de uma profissional, que merece o respeito não de Guarapuava, não de nosso Estado, mas da classe dos Delegados do Paraná e o respeito principalmente do Brasil, sendo ela uma mulher brasileira representando tão dignamente o cargo que ocupa.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e considero extremamente valioso o depoimento que Vossa Excelência dá a esta Casa porque, como Parlamentar de Guarapuava, pode sentir o trabalho de Teresa dos Santos Capistani. Gostaria também de invocar, neste nosso pronunciamento em defesa da policial, o depoimento, a opinião de um dos mais ilustres juristas deste Estado e deste País. Um jornalista que orgulha o Estado do Paraná, professor emérito, René Ariel Dotti que entende, como nós entendemos, que os instrumentos legais estão postos à disposição do Governador do Estado para que tome a decisão final, definitiva, irreversível, de manter no cargo a Drª Teresa Capistani.

Por estas razões todas é que, desta tribuna, ilustre Presidente, ilustres Srs. Deputados, é que formulamos este apelo, na esperança de um pronunciamento rápido de Sua Excelência, o Governador Ney Braga.

O segundo assunto, Srs. Parlamentares, é sobre a atuação eficiente, rápida, do Governo do Estado, do Governo Federal, por uma questão de justiça da Imprensa do Paraná, no caso da comercialização do feijão produzido no Município de Quitandinha; um município pequeno, da região sudeste do Estado e que nós representamos nesta Casa, que produziu pelas mãos dos seus lavradores, pela fertilidade, pela generosidade da sua terra, 45 mil sacas, perto de 2.600 toneladas de feijão, neste ano. E cuja comercialização vinha sendo atrapalhada pelos atravessadores que não respeitavam o preço mínimo estabelecido de Cr\$ 3.709,80. E os pequenos lavradores de Quitandinha nos procuraram. Nós conversamos com Ney Braga. Ouvimos a repercussão dos projetos através da palavra do Prefeito do município, Francisco Lichinoswski. E o eco desta repercussão toda foi através de um veículo de comunicação que tem prestado relevantes serviços ao nosso Estado, a Rêde Globo. Que na Edição Nacional, do seu telejornal mais importante, fez com que o Brasil inteiro tomasse conhecimento da aflição daqueles produtores. Que não tinham como se assegurar de que poderiam entregar o seu produto, pelo preço mínimo, estabelecido pelo Governo Federal, é que o preço mínimo de garantia. Que não é um preço para dar ao produtor à margem de lucro que ele seguramente merece. E os oportunistas, os aproveitadores das dificuldades alheias, estavam adquirindo o feijão, por um preço inferior a 3 mil cruzeiros. E em alguns casos, Cr\$ 2.500,00 a saca, expoliando, portanto, o produtor que já enfrenta as dificuldades dos aumentos constantes dos insumos utilizados em nossa agricultura. Mobilizada a máquina administrativa, através da Secretaria da Agricultura e particularmente pelos esforços do Governador Ney Braga, com a repercussão

nacional dada ao assunto pela Rede Globo de Televisão, o Ministro Amauri Stabile de Souza, determinou a compra de toda produção ainda não comercializada no Município de Quitandinha. E através a Comissão de Financiamento da produção, essas 45 mil sacas, estão sendo adquiridas pelo preço de Cr\$... 3.709,80. Em alguns casos, através da AGF, que é a aquisição do Governo Federal e em outros casos pela EGF que é o empréstimo de garantia e financiamento do Governo Federal, pelo prazo de 6 meses.

Entendemos, portanto, de toda justiça, que façamos este registro para enaltecer a atuação do Governo do Estado, do Prefeito do Município, do Ministro da Agricultura e com muita justiça, pela Rede Globo de Televisão que fez ecoar pelo Brasil inteiro, esta reivindicação que nós encaminhamos pelo canal político.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, que tem 5 minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós ouvimos e temos a satisfação de receber para poderemos falar em aparte ao Deputado Tadeu Lúcio Machado, dentro daquilo que está em nosso conhecimento, aquela peça importante que alguém confeccionou para o Deputado Tadeu Lúcio Machado; nós nos parabenizamos porque ele leu da tribuna um discurso que faz inveja a Ruy Barbosa. Um discurso que faz inveja a Pontes de Miranda. Só que pediríamos vênias ao Deputado Tadeu Lúcio Machado, que quando mandasse confeccionar este estilo de discurso, tivesse um pouquinho de zelo para não ofender a nossa bancada. Ao ler o discurso que nós decoramos, um discurso dirigido que sabemos perfeitamente que foi confeccionado com homens de gabarito, com homens de tirocinio político que tivesse um pouquinho de cuidado, de zelo de não falar que nós faltamos com a verdade. Faltou com a verdade o meu querido Deputado Lúcio Machado, ao dizer que nós fomos derrotados em outras campanhas.

Estão aí os números e os dados e as testemunhas da Bancada do PDS, estão aí 95% dos Prefeitos ao lado de uma causa justa. Estão aí homens da trincheira contra o comunismo, estão aí homens que não têm vergonha, que não têm medo de vir aqui e dizer que são cristãos e são contra o comunismo.

E é por isso que, meu querido Deputado Tadeu Lúcio Machado, Vossa Excelência que há 6 meses atrás dizia que Jaime Canet é um homem que só fazia casca de ovo. Que era um homem ditador. Hoje, por jogos de interesses, talvez, escusos como diz Vossa Excelência, é um homem que Vossas Excelências estão bajulando. E Deus em sua vontade e misericórdia há de fazer justiça no Paraná. Há de ver quem tem vontade de trabalhar no Paraná. Há de ver, Deputado Tadeu Lúcio Machado, os homens que trazem soluções para o Estado do Paraná. Há de ver que com orgulho e a honra que defendemos Jaime Canet Jr., desta tribuna. Nós estamos aqui para dizer a verdade. Estamos aqui, não para ostilizar Canet, porque ele está em outra trincheira hoje. Para dizermos que ele é um homem honrado, só que não soube se conduzir politicamente, porque, quem deu ao Paraná estas estradas foi o Governador Ney Braga e foi o Governo Getúlio, que trouxe as verbas para que o honrado Governador Jayme Canet, pudesse aplicá-las. Para que nós pudéssemos ir a Santo Antonio da Platina onde Vossa Excelência criticava o Governo a inaugurar as estradas. Para que pudéssemos sem falsa modéstia e falso messianismo.

Vossa Excelência diz que nós faltamos com a verdade e haveremos de demonstrar aqui, oportunamente, a maioria de nossa bancada em 82, com Saul Raiz no Governo apesar de tudo e de todos, porque, até agora as oposições, as frentes de oposição, os oposicionistas nunca trouxeram para o bem do Paraná, para o bem do Brasil.

Não mentimos Deputado Tadeu Lúcio Machado, quando dizíamos que Jayme Canet era um homem bom. Mente Vossa Excelência hoje.

Há 6 meses atrás, Canet não prestava para a Bancada do PMDB. Qual é a petição moral que Vossa Excelência tem de subir no palanque com Jayme Canet Jr. Um homem que não queria saber da Oposição. Um homem que não queria conversa com vocês.

Então, que lhe dêem respeito. A sua bancada, é uma bancada de bajuladores, que não querem outra coisa que não seja se lançar no poder.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor WOLFRAM RUHENSTROTHBAUER, pelos seus relevantes serviços prestados à coletividade. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141/81, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública o "CLUBE DE PROTEÇÃO AO MENOR E PREVIDÊNCIA — PROMENOR", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei n.º 90/81, aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, do Município de Guarapuava, para que a respectiva população se manifeste sobre a criação do Município de Turvo. **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/81, oriundo de Parecer ao SUBSTITUTIVO do Projeto de Lei n.º 91/81, aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, do Município de Guarapuava, para que a população decida sobre a criação do Município de Santa Galo. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Magalhães Barros, ocorrido em Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tadachi Uchimura, ocorrido em Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo faleci-



mento do Dr. Eugênio Dal'Molin, ocorrido em Ibioporã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Eugênio Dal'Molin, ocorrido na Cidade de Ibioporã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e aplauso à Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, pela realização nos dias 13 a 21 do corrente mês, em Paranavaí, da XII Exposição Agropecuária e Industrial.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Diretores da COPEL e SANEPAR, encarecendo medidas saneadoras à Rua Sertaneja, planta Rio Negro - Pinheirinho, nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada pelo jornal "Gazeta do Povo", de 23-03-82, "Na Ordem, desagravo a Osmann de Oliveira"— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Facci e Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários de Estado da Educação e dos Recursos Humanos, no sentido de que sejam promovidos por avanço vertical, os Professores Estáveis pela Lei 6.819/76.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao INCRA e ao Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, encarecendo a regularização da área situada na localidade de Esquina Céu Azul, Município de Santa Helena, onde residem mais de 15 famílias, muitas há mais de 15 anos.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo Jubileu de Prata da Ordenação Episcopal, do Arcebispo de Maringá, D. Jaime Luiz Coelho.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo providências no sentido de que seja implantado o sistema de Disca-gem Direta Internacional (DDI), na sede do Município de Altônia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à COPEL, sugerindo que a mesma transfira o vencimento das contas de luz residenciais, no Município de Santo Antônio da Platina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Educação e da Cultura e ao Diretor Executivo da Fundação Nacional de Material Escolar, encarecendo medidas urgentes no sentido da instalação de Posto de Atendimento da FENAME, para o Município de Marechal Cândido Rondon, neste Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo melhorias na Rodovia PR-090, trecho compreendido entre o km 52 e a Cidade de Piraí do Sul.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício aos Srs. Diretor da Polícia Civil e ao Secretário da Segurança Pública, encarecendo afastamento imediato do Sargento da Polícia Militar Neri Prudente, Delegado de Polícia de Quedas do Iguaçu, pelo abuso de autoridade na prática de tortura contra cidadãos do referido município.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Teixeira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo que, juntamente com a FUNDEPAR e à Prefeitura de Curitiba, se realizem estudos visando a construção de uma escola de Primeiro Grau no Jardim Primavera, bairro de Uberaba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Justiça e ao Governador do Estado, pedindo providências urgentes para viabilizar o funcionamento das Sub-procuradorias do Estado no interior e o atendimento jurídico à população carente de recursos, bem como a criação de mais Sub-procuradorias.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, ao Secretário da Agricultura e à Comissão de Financiamento à Produção, pedindo medidas em favor dos produtores de milho do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, apelando no sentido de determinar estudos para a construção de uma Escola na Vila Suíça.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo melhoramento da Rodovia Pr-151, no trecho entre os Municípios de Palmeira e São João do Triunfo, terminando em São Mateus do Sul.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, Superintendente Regional do Banco do Brasil em Curitiba, Gerente Regional do Banco Nacional de Crédito Cooperativo em Curitiba, Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo em Brasília, Vice-Presidente do Banco do Brasil em Brasília e Conselho Monetário Nacional em Curitiba, pedindo liberação de verba para o primeiro plano Estadual de Eletrificação Rural Cooperativada do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de Telex aos Srs. Ministro da Agricultura, Diretor Presidente do Banco Central e ao Diretor Presidente do BADEP,

encarecendo que revejam o empréstimo cedido à empresa AGROCERES, atendendo desta forma os reclamos da Associação Paranaense de Suinocultura.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, no sentido de viabilizar a construção de uma Estação Rodoviária na Cidade de Guaratuba.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao titular da Pasta de Segurança Pública, a remoção com urgência de todas as atuais autoridades policiais do Município de Jardim Alegre, antes que algo de mais grave venha acontecer.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

8 Srs. Deputados o aprovam; 7 Srs. Deputados o rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 117 e 118/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 113 e 150/81.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO PLENÁRIA, DO DIA 25 DE MARÇO DE 1982.**

#### NA ORDEM, DESAGRAVO A ORMANN DE OLIVEIRA

Em Sessão Plenária o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil desagravou, ontem, o advogado Osmann de Oliveira, ofendido pela então Promotora de Justiça da Comarca de Colombo, quando exercia a sua profissão.

A Sessão foi presidida pelo Professor Alcides Munhoz Netto.

Foi orador da solenidade o advogado Elio Narezi que proferiu o seguinte discurso:

Fatos, determinantes desta sessão pública, convocada para desagravar o colega Osmann de Oliveira, são de simplicidade visível, mas de gravidade indiscutível.

Realmente, ao sustentar um pedido de "habeas corpus", teria afirmado, ao desenvolver suas razões orais, que a agente do Ministério Público, em exercício na Comarca de Colombo, lá não residia, só oficiando em processos criminais às quintas-feiras, prejudicando, assim, o normal andamento das causas.

O Procurador de Justiça, presente à sessão do Grupo de Câmaras Criminais de Justiça do Estado, levou o fato ao conhecimento do Corregedor do Ministério Público.

Por isso, a Promotora de Justiça, dizendo-se vítima de crimes contra a honra, os quais teriam sido praticados pelo nosso colega, contra ele representou ao Procurador Geral da Justiça, tendo este encaminhado o expediente à 2a. Vara Criminal de Curitiba.

Instaurado inquérito policial, a pedido do Promotor de Justiça desta Vara, o mesmo, no seu retorno ao Juízo, veio a ser arquivado, uma vez que os diversos Desembargadores ouvidos não confirmaram as acusações dirigidas ao advogado.

Aliás, da Ata da sessão de 30 de abril de 1980, nenhuma irregularidade ou anormalidade consta.

Por isso, foi pedido o Desagravo, o qual, após devidamente processado, passando pelas Comissões de Ética e de Prerrogativas, onde obteve Pareceres favoráveis, veio a ser deferido por este Conselho, por unanimidade de votos.

Entendeu-se que o procedimento do nosso colega foi correto, no cumprimento do seu dever profissional e que a tentativa de envolvê-lo num inquérito policial e de acusá-lo numa pretendida ação penal, configuram intimidação, incompatível com a liberdade de que deve gozar o advogado no exercício da profissão.

Tais acontecimentos, que não são raros, revelam, muitas vezes, desconhecimento da missão do advogado numa sociedade organizada.

Se a defesa requer independência e se o advogado precisa da mais ampla liberdade para bem desempenhar o seu mandato, está claro que o dever ético de guardar perfeita cortesia em relação ao adversário, evitando fazer-lhe alusões pessoais (n. V Seção III, do Código de Ética), tem de ser entendido em termos.

Não poderá, evidentemente, o advogado, na defesa do seu cliente, deixar de denunciar ilegalidades, abusos de poder ou nulidades, surpreendidos em autos, apontando seus autores, sejam funcionários ou serventuários da Justiça, Juízes ou Promotores Públicos.

Os exemplos podem ser multiplicados "ad Infinitum".

Todas as ações ou omissões, contrárias aos

mandamentos legais, envolvam, ou não, responsabilidades civil, administrativa ou penal dos seus autores, podem e devem ser denunciadas pelos advogados, ainda que, com isso, as pessoas envolvidas possam sentir-se ofendidas.

Do mesmo modo procedem funcionários, serventuários da Justiça, autoridades judiciárias e Promotores de Justiça, na apreciação da conduta dos advogados, apontando seus erros, omissões e infrações ao dever profissional.

Se a cada um desses episódios se seguisse uma representação, a vida da família judiciária se converteria num inferno, povoado de rancores e de ódios, de disputas, de discussões e de inimizades.

A advocacia, como todos sabem, além dos predicados inscritos nos Códigos de Ética e nas leis, exige coragem.

Vivemos momentos de incompreensão, onde a liberdade profissional e a independência dos advogados, não são, desgrazadamente, estimuladas e cultuadas, talvez em virtude da atmosfera política que respiramos, carregada de autoritarismo, ainda não de todo afastado.

Mas, a Ordem dos Advogados, ao longo da sua existência, nunca deixou de amparar os seus filiados, especialmente nos momentos mais difíceis e graves da vida nacional.

O Desagravo, deferido pelo Conselho, como complemento da liberdade e independência, de que se reveste a advocacia, é medida assecuratória do livre exercício das prerrogativas e direitos estatutários, onde não se leva em conta a honra pessoal do advogado, mas a sua dignidade profissional, segundo a lição de RUY DE AZEVEDO SODRÉ.

Não se dirige, portanto, ao colega que foi agravado, tão só, mas a toda a classe, em geral, como instrumento de afirmação da independência e da liberdade que devem ser garantidas para o perfeito exercício do "manus" de que somos detentores, ex vi legis.

Com estas considerações, advogado OSMANN DE OLIVEIRA, o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, o desagrava das ofensas que sofreu quando no exercício legítimo e correto da sua nobre profissão.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1982  
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Edilson Alencar e Tadeu Lúcio Machado.

Às 16:15 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson

Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Fiilho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE DE AMPARO AO NECESSITADO MEDIANEIRENSE — SANEM, com sede e foro na cidade de Medianeira. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 102/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE DE AMPARO AO NECESSITADO MEDIANEIRENSE — SANEM, com sede e foro na cidade de Medianeira.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade de Amparo ao Necessitado Medianeirense é uma entidade assistencial com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e tem por finalidade precípua a prestação de auxílio a pobres e inválidos: a proteção de menores desamparados; o internamento de doentes ou parturientes; orientação espiritual e religiosa; alfabetização e o ensino de ofícios e artesanato.

Presta ainda especial atenção aos mendigos e pessoas carentes, que necessitam apoio moral, social e econômico para se levantarem, incentivando a participação no seu próprio desenvolvimento e a participação ativa dentro da comunidade.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei, devidamente estudada, demonstra que a entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela lei que regula a matéria, razão porque, esperamos dos ilustres Pares o devido apoio e sua tramitação nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 102/81

## P A R E C E R:

Submete-se à apreciação dessa Comissão de Constituição e Justiça, o presente plano de lei de autoria do eminente Deputado Tércio Albuquerque, objetivando declarar de utilidade pública a SOCIEDADE DE AMPARO AO NECESSITADO MEDIANEIRENSE — SANEM, com sede na cidade de Medianeira.

O projeto, devidamente justificado e acompanhado da documentação de praxe, atende aos requisitos legais, inexistindo óbices de qualquer natureza à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa. Em tais circunstâncias, somos Favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
GABRIEL SAMPAIO — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

## ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E:

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 69/82

revogar o Decreto Legislativo n.º 08/82, na parte que se refere ao funcionário ANIBAL ASSUNÇÃO, que prorrogou até 31 de janeiro de 1983, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Liderança do PTB.

(Protoc. n.º 1475)

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 70/82

Art. 1.º — A remuneração dos empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e optantes pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, não poderá ser inferior a Cr\$ 21.000,00 (vinte e um mil cruzeiros).

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor a partir de 01 de abril de 1982, revogadas as dis-

posições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 25/03/82

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário  
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

## ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E:

## PORTARIA Nº 66/82

designar MÁRIO KREUTZER VEIGA FILHO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, como Datilógrafo.

## PORTARIA Nº 67/82

mandar retificar o nome de JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI, matrícula n.º 174, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos assentamentos funcionais para JOSEPHA KUCEK LEVANDOSKI.

(Protoc. n.º 11046).

## PORTARIA Nº 68/82

conceder à funcionária JOANA MACIEL FARIAS, matrícula n.º 156, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 22 de março de 1982.

(Protoc. n.º 1508).

## PORTARIA Nº 69/82

conceder ao funcionário JOÃO FARIAS, matrícula n.º 543, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1981, a partir de 22 de março de 1982.

(Protoc. n.º 1507).

Gabinete da Diretoria Geral, em 25/03/82

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
Diretor Geral